

PROBLEMAS HIDROLÓGICOS DA GRANDE SÃO PAULO

Paula Beiguelman

Já no início do século passado, a administração pública paulista se preocupava com a questão do suprimento de água à capital do estado (de responsabilidade estadual) e também com o controle das inundações do Tietê, que cabia ao município.

Assim, em 1904, o então secretário da agricultura do estado de São Paulo, doutor Luiz Piza, recomendava à Repartição de Águas que “organizasse um plano definitivo de estudos das águas do Tietê”. E, em 1912, era apresentado pelo engenheiro Henrique Novais um primeiro estudo, tratando da captação e adução das águas do rio Claro, nas cabeceiras do rio Tietê.

Na década seguinte, a administração municipal contratava os serviços do engenheiro-sanitarista Saturnino de Brito que, em 1926, apresentava o seu importante projeto. Tratava-se, em essência, de construir uma barragem logo acima de Mogi das Cruzes e de pequenas barragens em degraus no curso dos formadores do Tietê, na altura desse mesmo município. Acresce que as cabeceiras do Tietê se situam em regiões sujeitas a uma das mais altas pluviosidades do mundo.

Portanto, se concretizado o projeto apresentado por Saturnino de Brito, não apenas a vazão do rio seria regularizada e tornada uniforme, evitando a inundação das várzeas, como se conseguiria um armazenamento hídrico substancial, que serviria ao abastecimento de água potável à capital.

A essa altura, a poderosa Light já visava instalar uma usina hidrelétrica a partir do lançamento do rio Grande no Cubatão. Também construía uma represa de terra no rio Guarapiranga, afluente do Pinheiros, por sua vez tributário do Tietê.

E, então, foi dado o xeque-mate na proposta Saturnino de Brito, por meio da astuciosa oferta de colaboração no abastecimento de água à cidade, por meio da represa de Guarapiranga. Como consequência, a adutora da Guarapiranga foi rapidamente construída e não se falou mais em represamento do Alto Tietê para o saneamento da capital. Não bastasse a manutenção do rio Tietê em regime de vazão variável, sem regularizá-lo através do represamento das águas a montante de São Paulo, a Light ainda represou o rio à jusante, por meio do alteamento da barragem de sua velha usina de Santana do Parnaíba (Edgard de Souza) e a complementar construção de outra barragem, próxima a Pirapora.

A consequência notória foi o aparecimento de inundações desusadas, que atingiam até o Tamanduateí.

Também o suprimento de água potável aguardava solução.

Atingido um ponto crítico, a Light decidiu permitir, para adução aos municípios do ABC, a retirada de água de sua represa do rio Grande (Billings). Ocorre que esta se encontrava muito poluída pelos esgotos de São Paulo, obrigando a administração pública a um caríssimo, porém indispensá-

vel, tratamento, além de outras providências destinadas a atenuar a contaminação.

Por fim, com o suprimento de água na capital já sob ameaça, eis que ela é trazida de outras bacias. Assim, a partir de fins dos anos 1960 e início dos anos 1970, passou-se a implantar um projeto que se resolveu arbitrariamente designar como Sistema Cantareira. Ao invés de represar o Alto Tietê, ia-se buscar água quase no centro do estado, captando-a dos formadores do rio Piracicaba, prejudicando esse rio e as cidades que ele abastece.

Por outro lado, porém, ocorria que a usina hidrelétrica do Cubatão (Henry Borden), para cujo funcionamento pleno a Light sujeitara a cidade a tantos agravos ecológicos, já podia começar a preparar-se para um futuro papel secundário.

Passam a ganhar corpo, então, críticas contundentes providas da própria administração. Em 1973 é o prefeito da capital que denuncia a elevação da barragem de Santana do Parnaíba como responsável pelo agravamento das enchentes, propondo a desapropriação dessa usina da Light. Em seguida, é a administração estadual que, retornando à tese Saturnino de Brito, alerta para o fato de que os reservatórios de controle no Alto Tietê, indicados por esse grande engenheiro, não haviam sido ainda executados na medida necessária, enquanto a ocupação da área prosseguia. Complementarmente, essa mesma administração propunha o tratamento dos esgotos da cidade no rio Ju-

queri, de forma que a água já limpa pudesse seguir Tietê abaixo.

Não obstante, a administração seguinte elaborava um plano diverso.

E então, em 1979, houve a “compra” da Light, que aparentemente removia o principal interesse contrário ao enfrentamento das questões conjugadas das enchentes e do suprimento de água potável, bem como do tratamento dos esgotos — o que, no entanto, não aconteceu.

Analisando a questão, o engenheiro Catullo Branco* observava que fazer face às enchentes anuais apenas por meio da canalização de córregos e aumento da seção de vazão dos rios, não atacava a raiz do problema, como o comprovava o escasso resultado no caso do Tamanduateí. Obviamente, era importante a canalização conveniente dos córregos, bem como o desentupimento dos bueiros, para melhor receberem as águas pluviais. O essencial, contudo, acrescentava ele, consistia em manter os rios Tietê e Tamanduateí em nível que lhes possibilitasse receber a contribuição dessas águas por ocasião de chuvas locais intensas.

A premissa disso tudo era o amplo e adequado represamento do Alto Tietê. Além do que o próprio Tamanduateí devia também ser regularizado por meio do represamento de suas cabeceiras, o mesmo devendo ser feito com seus afluentes, o rio dos Couros e o rio dos Meninos, sem o que o ABC tendia a ser profundamente afetado por inundações. Em meados dos anos 1980, passou a fortalecer-se na administração uma postura crítica mais firme com referência ao *status quo*, traduzida no tombamento dos mananciais do Alto Tietê e na explosão da barragem Edgard de Souza (Santana do Parnaíba) em novembro de 1985.

Estavam as coisas nesse pé quando, em 1986, em decorrência da estiagem que baixou o nível da represa de Guarapiranga, com

a falta d'água trazendo tantos transtornos à população, encetou-se, como é natural, uma acesa discussão sobre o problema do suprimento de água potável à capital.

De entrada, cumpre desconsiderar a alegação, então feita, de que a dificuldade se devia ao fato do Sistema Cantareira não estar atuando com sua capacidade total; mesmo porque, além do sistema haver sido severamente criticado por técnicos abalizados à época de sua implantação, é sabido que tal ampliação ameaçaria o suprimento de importantes cidades do interior. E também, evidentemente, deve ser descartada a proposta do chamado Sistema Juquiá, que em tempos de estiagem (como a deste ano de 2004) torna a ser lembrada, apesar de ser ainda mais irracional, além de caríssima, com água bombeada do Vale do Ribeira para elevá-lo 500 m!

A única solução correta continua sendo a preconizada por Saturnino de Brito, e que sempre foi defendida pelos mais eminentes técnicos. Ela conjuga a contenção das enchentes ao suprimento de água potável e não causa prejuízos hídricos a outras regiões. Como se sabe, há várias barragens em andamento no Alto Tietê. A alegação de que mesmo que já estivessem prontas persistiria o déficit no suprimento de água potável não pode servir como argumento para contestar a importância primordial do represamento do Alto Tietê. Ela apenas revela as limitações decorrentes do enfoque adotado, voltado meramente para a obtenção de um acréscimo no fornecimento.

Quanto às enchentes anuais que tanto prejuízos causam à população, a administração estadual optou por tentar enfrentá-las por meio do penoso processo do aprofundamento da calha do Tietê.

Por sua vez, a municipalidade pôs em curso a implantação pontual de reservatórios de contenção das águas (necessariamente nu-

merosos) nos locais de enchentes, os chamados piscinões.

A proposta Saturnino de Brito, cuja efetivação requer o preliminar entendimento entre as administrações estadual e municipal, parte de premissas bem diversas.

Atacando as causas, ela implica em represamentos no Alto Tietê feitos em condições tais que o rio fica regularizado em sua vazão, passando a correr uniformemente. E, ao mesmo tempo em que são assim evitadas as enchentes, o amplo armazenamento resultante possibilita o adequado suprimento de água potável à capital.

Ou seja, o projeto Saturnino de Brito enfoca os dois problemas críticos: o controle das enchentes e o abastecimento de água potável.

Paula Beiguelman é professora emérita da FFLCH da Universidade de São Paulo (USP).

* Catullo Branco foi autor do projeto que resultou na bem-sucedida usina de Barra Bonita, no rio Tietê.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- Branco, C. *Energia elétrica e capital estrangeiro no Brasil*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1975.
- Branco, C. *Enchentes em São Paulo*. São Paulo, Sindicato dos Escritores, 1985.
- Beiguelman, P. *Pela recuperação de uma proposta nacional. Breve estudo sobre as empresas de serviços de utilidade pública no Brasil*. São Paulo, Inep, 1986.
- Affonso, A. “A Light e o legado”, *Folha de São Paulo*, edição de 16 de janeiro de 1979.